

REGISTROS PÚBLICOS

01. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, sem informar ao oficial ou seu substituto o motivo ou interesse do pedido.
- (B) As certidões expedidas pelos Oficiais de Registro são dotadas de presunção absoluta de veracidade, em relação aos atos e aos fatos a que se referem, em razão da fé pública a estes atribuída.
- (C) Ainda que não especificado no respectivo pedido, e ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei, deve o Oficial de Registro, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade civil e penal, mencionar todas as alterações posteriores ao ato cuja certidão lhe foi pedida.
- (D) As certidões extraídas dos registros públicos devem ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia ou outro processo equivalente.

02. O registro lavrado fora das horas regulamentares e em dia em que não houver expediente é

- (A) anulável, devendo a anulabilidade ser declarada somente se demonstrado que disto resultou prejuízo a qualquer interessado.
- (B) nulo, podendo, porém, ser ratificado se disto não resultar prejuízo a qualquer interessado.
- (C) nulo, sendo civil e penalmente responsável o Oficial que der causa à nulidade.
- (D) válido, ressalvada ação judicial própria para que o prejudicado dele requeira o cancelamento.

03. Confere prioridade de direitos para o apresentante,

- (A) a ordem cronológica com que são feitos os registros dos diferentes títulos, sendo a prioridade para o registro estabelecida pela ordem das datas de elaboração dos títulos.
- (B) a ordem cronológica dos protocolos dos diferentes títulos apresentados, devendo o protocolo ser feito conforme prioridade decorrente da natureza judicial ou extrajudicial dos títulos.
- (C) a ordem cronológica dos registros que deverão ser feitos conforme a ordem de apresentação dos títulos, respeitada, porém, a prioridade de registro dos títulos apresentados por maiores de 65 anos de idade.
- (D) o protocolo que deverá ser feito conforme a ordem cronológica de apresentação dos títulos.

04. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Corregedoria Permanente das unidades de registro compete exclusivamente ao Corregedor Geral da Justiça que pode, entretanto, delegar o exercício para o próprio Oficial de Registro que o executará mediante supervisão de Juiz de Direito em atividade na comarca.
- (B) O exercício da função correccional será permanente, ou por meio de correições ordinárias ou extraordinárias.
- (C) A correição extraordinária pode ser realizada a qualquer momento e pode ser geral ou parcial, conforme abranja todas as unidades de registro da comarca, ou apenas algumas.
- (D) O Corregedor Geral da Justiça pode avocar sindicâncias ou processos administrativos, em qualquer fase, a pedido ou de ofício, e designar Juízes Corregedores Processantes, para apuração das faltas disciplinares, coleta de prova e aplicação de penas.

05. Assinale a alternativa incorreta, relativa à escrituração dos livros regulamentares.

- (A) Na escrituração, são proibidas as entrelinhas que afetem elementos essenciais do ato como, por exemplo, o preço, objeto, as modalidades de negócio jurídico, dados inteiramente modificadores da identidade das partes e a forma de pagamento.
- (B) As assinaturas deverão ser apontadas logo após a lavratura do ato, não se admitindo espaços em branco, e devendo todos os que não houverem sido aproveitados ser inutilizados com traços horizontais ou com uma sequência de traços e pontos.
- (C) As ressalvas, adições e emendas podem ser efetuadas a qualquer tempo pelo Oficial ou substituto por este designado, desde que não afetem elementos essenciais do ato.
- (D) Todos os atos devem ser escriturados e assinados com tinta preta ou azul, indelével, lançando-se diante de cada assinatura e de forma legível, o nome por extenso.

06. Assinale a alternativa correta.

- (A) O livro Registro Diário da Receita e Despesa pode ser escriturado diretamente pelo delegado ou por escrevente legalmente contratado, respondendo cada um pela parte do livro que escriturou.
- (B) Devem ser lançados no livro Registro Diário da Receita e Despesas todos os atos, ainda que não houver cobrança de emolumentos.
- (C) As despesas podem ser lançadas no livro Registro Diário da Receita e Despesas até o último dia útil de cada mês.
- (D) A receita deve ser lançada no livro Registro Diário da Receita e Despesas no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço de registro não tenha ainda recebido os emolumentos.

- 07.** De acordo com a Lei nº 8.935/94, os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:
- (A) repreensão; multa; suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30; perda da delegação.
 - (B) advertência; repreensão; suspensão por 60 dias, prorrogável por mais 30; multa; perda da delegação.
 - (C) advertência; repreensão; suspensão por 60 dias, prorrogável por mais 15; multa; perda da delegação.
 - (D) repreensão; suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30; perda da delegação.
- 08.** Assinale o enunciado incorreto.
- (A) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
 - (B) Da sentença que julgar a dúvida, poderão interpor apelação o interessado, o oficial registrador, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
 - (C) Da sentença que julgar a dúvida cabe apelação com os efeitos devolutivo e suspensivo.
 - (D) Se o interessado deixar de impugnar a dúvida suscitada pelo oficial registrador, será ela, ainda assim, julgada por sentença.
- 09.** A apresentação de título apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos
- (A) independe de apontamento no protocolo.
 - (B) não pode ser efetuada porque o Oficial de Registro não tem função consultiva.
 - (C) deve ser objeto de imediato lançamento no protocolo, mas não confere ao título precedência para registro.
 - (D) deve ser objeto de imediato lançamento no protocolo e confere ao título precedência para oportuno registro.
- 10.** É competente para proceder ao registro das Fundações,
- (A) a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, quando o patrimônio de constituição for representado por bens móveis.
 - (B) o Ministério Público do Estado, por intermédio da Promotoria de Justiça de Fundações. Esse registro é feito no Livro de Registro das Fundações.
 - (C) o Oficial de Registro de Imóveis, caso tenha sido feita dotação especial de bem imóvel. Esse registro é feito no Livro 3 – Registro auxiliar, sem prejuízo do registro da transmissão do imóvel na competente matrícula.
 - (D) o Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 11.** Assinale a alternativa que não corresponde a um dever dos Notários e dos Oficiais de Registro.
- (A) Exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
 - (B) Observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício.
 - (C) Proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.
 - (D) Encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva.
- 12.** Assinale a alternativa correta.
- (A) O lançamento do protocolo de um título, com o respectivo número de ordem, depende da inexistência de exigência fiscal ou de dúvida.
 - (B) A prática dos atos do registro depende sempre de requerimento escrito do interessado, salvo as anotações e as averbações obrigatórias.
 - (C) Os livros de registro ou as fichas que os substituem somente podem sair da respectiva serventia mediante autorização pessoal do Oficial de Registro e sob a exclusiva responsabilidade do portador por este designado.
 - (D) A parte interessada pode oferecer reclamação escrita ao Juiz Corregedor Permanente contra a indevida cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
- 13.** Na hipótese de desaparecimento ou danificação de livro, o titular da delegação de registro deverá
- (A) instaurar procedimento administrativo e promover a restauração do livro desaparecido ou danificado, à vista dos elementos constantes de seu arquivo e de traslados e certidões exibidos pelos interessados, comunicando todos esses atos, de forma circunstanciada, ao Juiz Corregedor Permanente.
 - (B) comunicar imediatamente apenas ao Juiz Corregedor Permanente e aguardar autorização para promover a restauração. A comunicação à Corregedoria Geral será levada a efeito pelo Juiz Corregedor Permanente.
 - (C) comunicar imediatamente ao Juiz Corregedor Permanente e à Corregedoria Geral da Justiça. Autorizada pelo Juiz Corregedor Permanente, far-se-á, desde logo, a restauração do livro desaparecido ou danificado, à vista dos elementos constantes de seu arquivo e de traslados e certidões exibidos pelos interessados.
 - (D) instaurar procedimento administrativo e promover a restauração do livro desaparecido ou danificado, à vista dos elementos constantes de seu arquivo e de traslados e certidões exibidos pelos interessados, comunicando ao Juiz Corregedor Permanente após a conclusão dos serviços ou na impossibilidade de fazê-lo completamente.

14. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É dever dos Oficiais de Registro impedir o acesso à documentação existente em seu poder, ressalvados somente os casos de exibição por requisição judicial.
- (B) É vedado o uso de borracha, detergente ou raspagem por qualquer meio, mecânico ou químico.
- (C) É dever dos Oficiais de Registro afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor.
- (D) É direito dos Oficiais de Registro perceber os emolumentos pelos atos praticados.

15. Assinale a alternativa correta quanto ao regime disciplinar.

- (A) Os titulares da delegação e seus prepostos estão sujeitos ao poder censório-disciplinar das corregedorias permanentes e da Corregedoria Geral da Justiça.
- (B) Os Oficiais de Registro públicos não respondem pelas infrações praticadas por seus prepostos.
- (C) Não cabe a interposição de recurso pelo autor de representação que provocou a instauração do procedimento.
- (D) A pena disciplinar será aplicada, por escrito, somente em procedimento administrativo.

DIREITO COMERCIAL

16. O cheque administrativo e endossado

- (A) pode ser sustado pelo banco emitente e pelo endossador.
- (B) pode ser sustado só pelo endossador.
- (C) pode ser endossado só pelo banco emitente.
- (D) não pode ser sustado.

17. As sociedades de economia mista

- (A) podem ser abertas ou fechadas.
- (B) podem ser apenas abertas.
- (C) podem ser apenas fechadas.
- (D) por envolverem capital público, não são reguladas pela Lei das S/A.

18. O imóvel objeto de hipoteca constituída por cédula de crédito rural

- (A) é penhorável de forma ilimitada.
- (B) não pode ser penhorado no período de vigência do contrato.
- (C) só pode ser penhorado dois anos após o resgate da cédula.
- (D) admite outra penhora concomitante desde que o valor seja inferior ao da cédula de crédito rural.

19. O aval

- (A) necessariamente supõe assinatura em título cambial ou cambiariforme.
- (B) para ter validade pode ser firmado em título cambial ou instrumento particular referente ao negócio subjacente.
- (C) para ter validade deve conter a assinatura da mulher do avalista e a expressão “por aval”.
- (D) depende do protesto para poder servir como título em processo de execução por quantia certa.

20. Após a decretação da falência de uma sociedade comercial, credor e devedor celebram acordo com o pagamento do credor requerente, nesta hipótese:

- (A) deve o juiz revogar a falência.
- (B) deve o juiz convolar a falência em concordata suspensiva.
- (C) não é possível afastar o decreto de quebra.
- (D) só após ação revocatória poderia ser celebrado o acordo.

21. Em se tratando de sociedades por quotas de responsabilidade, a alteração do contrato social pelos sócios que detêm 55% do capital social depende

- (A) da ausência de cláusula restritiva no contrato sobre deliberações majoritárias.
- (B) da concordância de outros sócios, atingindo o quorum de 75% ou 3/4 do capital social.
- (C) apenas da maioria dos sócios, independentemente do capital social que estes detenham.
- (D) da concordância expressa dos sócios que detêm o restante do capital social.

22. Fundo de comércio é expressão sinônima de

- (A) estabelecimento comercial.
- (B) ponto comercial.
- (C) firma comercial.
- (D) marca ou nome comercial.

23. O registro da permuta do estabelecimento comercial dentro do termo legal da falência

- (A) é ineficaz em relação à massa falida.
- (B) tem eficácia se feito anterior à quebra, independente dos fatos.
- (C) para ter sua ineficácia declarada depende da prova de fraude.
- (D) não pode ser feito.

24. A sociedade em conta de participação tem a seguinte característica:
- (A) arquivamento dos atos societários no Registro de Comércio.
 - (B) a possibilidade de responsabilização de qualquer dos sócios até o limite do capital social.
 - (C) a manutenção obrigatória dos livros comerciais.
 - (D) o gerenciamento é exercido pelo sócio ostensivo, que agirá exclusivamente em nome próprio.
25. O pagamento de duplicata, pelo sacado, feito diretamente ao emitente, embora tenha sido lavrado o protesto em razão da apresentação do título pelo banco que o recebeu em caução,
- (A) permite, mediante ação judicial contra o banco, o cancelamento do protesto.
 - (B) é ineficaz frente ao banco apresentante.
 - (C) autoriza o cancelamento do protesto mediante requerimento administrativo e extrajudicial.
 - (D) é motivo para ação de repetição de indébito contra o endossatário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Assinale a assertiva correta.
- (A) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente no caso de dolo.
 - (B) A Administração Pública, obrigada a observar e respeitar a Constituição Federal como norma fundamental do sistema jurídico, pode e deve recusar-se a cumprir leis e atos normativos considerados flagrantemente inconstitucionais.
 - (C) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange a administração direta e a indireta, excetuadas as sociedades de economia mista, que estão submetidas a regime jurídico próprio.
 - (D) O prazo de validade do concurso público será, sempre, de dois anos, proibida sua prorrogação por mais de uma vez.
27. A Constituição Federal prevê expressamente, como princípios da Administração Pública:
- (A) legalidade, moralidade, supremacia do interesse público e publicidade.
 - (B) impessoalidade, eficiência, publicidade e moralidade.
 - (C) moralidade, publicidade, impessoalidade e supremacia do interesse público.
 - (D) legalidade, pessoalidade, moralidade e responsabilidade funcional.

28. Considere as afirmações sobre a repartição de competência fixada pela Constituição Federal:
- I. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre registros públicos;
 - II. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses;
 - III. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual;
 - IV. compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública.
- Estão corretas apenas as afirmações
- (A) III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.

29. Com respeito ao controle da constitucionalidade, examine as afirmativas abaixo.
- I. A decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade atinge a lei em tese e tem eficácia *erga omnes*.
 - II. A decisão definitiva de mérito, proferida na ação declaratória de constitucionalidade, produz efeito vinculante relativamente a todos os juízes e tribunais.
 - III. A decisão que declara a inconstitucionalidade na via de exceção atinge a lei em tese e tem eficácia apenas entre as partes.
 - IV. A decisão que declara a inconstitucionalidade na via de exceção não atinge a lei em tese e tem eficácia *erga omnes*.
- Pode-se dizer que somente
- (A) as afirmativas II e III são verdadeiras.
 - (B) as afirmativas I e II são verdadeiras.
 - (C) as afirmativas I e IV são verdadeiras.
 - (D) a afirmativa IV é verdadeira.

30. Assinale a alternativa correta.
- (A) O autor de ação popular, beneficiário ou não da assistência judiciária, goza de plena isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, desde que de boa-fé.
 - (B) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.
 - (C) A inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas só pode ser quebrada por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - (D) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar e inadiplência voluntária e inescusável de obrigação alimentícia.

31. Na Constituição Federal está definida a competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e
- (A) do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) dos Tribunais Regionais Federais.
 - (C) do Superior Tribunal Militar.
 - (D) dos Tribunais de Justiça dos Estados.

32. A propósito de desapropriação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Compete apenas à União legislar sobre desapropriação.
- II. Compete à União e aos Estados a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.
- III. É facultado ao Município a desapropriação de área urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada, incluída ou não no plano diretor, para promover o seu adequado aproveitamento.
- IV. Os bens do domínio dos Estados e Municípios poderão ser desapropriados pela União.

Está correto somente o contido em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I.
- (D) I e IV.

33. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, e os seus titulares, não sendo servidores públicos, não estão sujeitos à aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade.
- II. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, e os seus titulares, sendo servidores públicos, estão sujeitos à aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade.
- III. Compete à lei federal estabelecer o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro em todo o território nacional.
- IV. Compete à lei estadual estabelecer o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

34. Com respeito ao que dispõe a Constituição Federal sobre comunicação social, assinale o enunciado correto.

A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa

- (A) de brasileiros natos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração.
- (B) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.
- (C) de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no País, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.
- (D) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos, residentes no País, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

35. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente ou concorrer a outros cargos, devendo, em ambas as hipóteses, renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (B) São elegíveis, fora do território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado e do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, desde que seja titular de mandato eletivo.
- (C) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente ou concorrer a outros cargos, independentemente de renúncia aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (D) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente ou concorrer a outros cargos, devendo, nesta última hipótese, renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

36. O funcionário autorizado que exclui indevidamente dados corretos dos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano comete o crime de
- (A) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
 - (B) falsidade ideológica.
 - (C) inserção de dados falsos em sistema de informações.
 - (D) falsificação de documento público.
37. Indique a alternativa incorreta.
- (A) O vocábulo *peculato* deriva de *pecus*, que foi meio de troca nas sociedades primitivas.
 - (B) No chamado crime de *peculato próprio*, as condutas típicas constituem-se na apropriação ou no desvio.
 - (C) No crime de *peculato doloso*, o ressarcimento do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
 - (D) O crime de *peculato impróprio* também é chamado “*peculato-furto*”.
38. O agente que pratica um crime após ter transitado em julgado a sentença que o condenou pela prática de contravenção penal anterior
- (A) não é reincidente.
 - (B) só é reincidente se a contravenção foi praticada no Brasil.
 - (C) é reincidente.
 - (D) é reincidente se, entre a data da extinção da pena e a infração posterior, não decorreu período superior a cinco anos.
39. No crime de sonegação de contribuição previdenciária, extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente,
- (A) declara e confessa as contribuições e presta as informações devidas à previdência social, antes do recebimento da denúncia.
 - (B) recolhe as contribuições devidas à previdência social, antes do oferecimento da denúncia.
 - (C) recolhe as contribuições devidas à previdência social, antes do recebimento da denúncia.
 - (D) declara e confessa as contribuições e presta as informações devidas à previdência social, antes do início da ação fiscal.
40. No que concerne ao crime de falso testemunho ou falsa perícia, indique a alternativa incorreta.
- (A) O fato deixa de ser punível se, antes da sentença do processo pelo crime de falso, o agente se retrata ou declara a verdade.
 - (B) As penas aumentam de um sexto a um terço se o crime é praticado mediante suborno.
 - (C) Caracteriza-se o delito mesmo que a afirmação falsa tenha sido feita em processo administrativo.
 - (D) Constitui causa especial de aumento o fato de o crime ser cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
41. No crime de extorsão mediante seqüestro, a delação premiada pressupõe, entre seus requisitos, que
- (A) a colaboração do agente seja espontânea.
 - (B) seja recuperado, ainda que parcialmente, o preço pago pelo resgate.
 - (C) seja facilitada a libertação do seqüestrado.
 - (D) o crime tenha sido praticado por quadrilha ou bando.
42. O erro sobre elementos do tipo
- (A) isenta de pena, se inevitável.
 - (B) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
 - (C) permite a diminuição da pena, de um a dois terços, se vencível.
 - (D) também é conhecido por *aberratio ictus*.
43. Crime vago é aquele que
- (A) não tem objeto jurídico.
 - (B) não tem objeto material.
 - (C) tem como sujeito passivo uma coletividade destituída de personalidade jurídica.
 - (D) não tem sujeito passivo.
44. Na ação penal privativa do ofendido, o Ministério Público
- (A) não poderá aditar a queixa nem intervir nos atos subsequentes do processo.
 - (B) poderá aditar a queixa, mas não poderá intervir nos atos subsequentes do processo.
 - (C) não poderá aditar a queixa, mas poderá intervir nos atos subsequentes do processo.
 - (D) poderá aditar a queixa e deverá intervir nos atos subsequentes do processo.

45. Ocorre o “flagrante impróprio” quando

- (A) o agente acaba de cometer a infração penal.
- (B) o agente é perseguido, logo após a prática da infração penal, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor do fato.
- (C) o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (D) é preparado pela autoridade policial, sendo também chamado “flagrante provocado”.

DIREITO CIVIL

46. Indique a alternativa incorreta.

- (A) O penhor comum sobre coisas móveis é passível de transcrição no Registro de Títulos e Documentos.
- (B) A impenhorabilidade do bem de família, no regime da Lei nº 8.009/90, não compreende bens móveis.
- (C) Álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo normalmente enxuto.
- (D) Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião independentemente de título e boa-fé.

47. Segundo a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), “o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Quanto aos profissionais liberais, aplica-se a regra, mas com a ressalva de que depende da verificação de culpa.
- (B) Equipara-se a serviço defeituoso o prestado com adoção de novas técnicas, não previstas originalmente.
- (C) Por se tratar de responsabilidade objetiva, o fornecedor de serviços não poderá se eximir mediante prova da culpa exclusiva de terceiro.
- (D) Por se tratar de responsabilidade objetiva, o fornecedor de serviços não poderá se eximir mediante prova da culpa exclusiva do consumidor.

48. Assinale a afirmação incorreta.

- (A) São fases da ausência: curadoria, sucessão provisória e sucessão definitiva.
- (B) Só há ausência, em sentido técnico, se reconhecida como tal por decisão judicial.
- (C) A abertura da sucessão provisória coincide com o advento da presunção de morte do ausente.
- (D) A ausência, importando em ruptura da vida em comum, pode ser causa de separação judicial e divórcio.

49. Assinale a afirmação verdadeira.

- (A) O pacto antenupcial pode ser celebrado por instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas.
- (B) A simulação não viciará o ato jurídico se não houver intenção de prejudicar terceiros ou de violar disposição de lei.
- (C) Se ambas as partes procederam com dolo, qualquer delas pode alegá-lo, para anular o ato ou reclamar indenização.
- (D) A coação exercida por terceiro só vicia o ato se for previamente conhecida pela parte a quem aproveite.

50. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário, no prazo legal, sob pena de caducidade da aprovação.
- (B) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá apresentar ao registro imobiliário os documentos necessários, entre os quais exemplar do contrato-padrão.
- (C) O contrato-padrão deverá conter cláusula de retratabilidade, garantindo a possibilidade de arrependimento a qualquer tempo.
- (D) A falência de qualquer das partes não rescindir os contratos de compromisso de compra e venda que tenham por objeto a área loteada ou os lotes.

51. Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.
- (B) Por morte do superficiário, o direito de superfície será extinto.
- (C) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- (D) O direito de superfície não abrange o direito de utilizar o subsolo.

52. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Só se poderá cogitar de usucapião especial de área urbana se perfeitamente identificado, quanto a suas divisas e confrontações, o terreno ocupado por cada possuidor.
- (B) O direito de preempção confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- (C) O direito de superfície será concedido mediante escritura pública registrada no Registro de Imóveis.
- (D) A constituição do condomínio especial previsto no Estatuto da Cidade depende de prévia sentença judicial.

53. Assinale a alternativa incorreta em relação à alienação fiduciária de coisa imóvel.

- (A) Para que se constitua a propriedade fiduciária de coisa imóvel, basta o registro do contrato no Registro de Imóveis.
- (B) Com a constituição da propriedade fiduciária, torna-se o fiduciante (devedor) único possuidor da coisa imóvel, na qualidade de titular da propriedade resolúvel.
- (C) Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida, e constituído em mora o fiduciante (devedor), consolidar-se-á a propriedade imóvel em nome do fiduciário.
- (D) A mora poderá ser purgada no Registro de Imóveis.

54. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Qualquer possuidor que fizer jus ao ressarcimento de benfeitorias necessárias terá direito de retenção pelo valor correspondente.
- (B) Ao possuidor de boa-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.
- (C) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.
- (D) Ao possuidor de boa-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis.

55. As convenções antenupciais deverão ser registradas

- (A) pelo Oficial do Registro Civil, antes da celebração do casamento.
- (B) pelo Oficial do Registro Civil, depois da celebração do casamento.
- (C) pelo Oficial do Registro de Imóveis.
- (D) pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos.

56. Quanto à cláusula penal, é incorreto dizer que

- (A) pode se referir à inexecução de alguma cláusula especial.
- (B) deverá sempre ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não se admitindo estipulação posterior.
- (C) não pode impor cominação de valor superior ao da obrigação principal.
- (D) a pena estipulada para o caso de inadimplemento poderá ser proporcionalmente reduzida pelo juiz quando se cumprir em parte a obrigação.

57. No que concerne à locação, pode-se afirmar que

- (A) o locatário somente poderá exercer direito de retenção por benfeitorias se estas houverem sido autorizadas pelo locador.
- (B) a caução em dinheiro não poderá exceder o equivalente a um ano de locação.
- (C) não havendo acordo a respeito, caberá ação revisional de aluguel após três anos de vigência do contrato.
- (D) no caso de venda do imóvel, o locatário terá preferência para adquiri-lo, desde que conste expressamente do contrato cláusula específica nesse sentido.

58. Assinale a alternativa que corresponde à imputação do pagamento.

- (A) Quem tiver de pagar, a um só credor, dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento.
- (B) Quem tiver a receber, de um só devedor, dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, tem o direito de indicar a qual deles corresponderá o pagamento recebido.
- (C) Quem sofrer cobrança de débito, líquido e vencido, já transferido a terceiro, imputará a este a responsabilidade pelo pagamento.
- (D) Quem tiver direito ao recebimento de débito, líquido e vencido, que saiba ter sido transferido pelo devedor originário a terceiro, poderá imputar a este a responsabilidade pelo pagamento.

59. Heleno morreu sem testamento e deixou três filhos vivos: Péricles, Alcebiades e Milcíades. Um outro filho, Temístocles, havia falecido dois anos antes, deixando, por sua vez, três filhos vivos. Péricles tem dois filhos. Alcebiades também tem dois filhos. Milcíades tem apenas um filho. Ocorre que Alcebiades, por indignidade, foi excluído da sucessão. Assinale a alternativa verdadeira quanto aos bens de Heleno.

- (A) A totalidade da herança caberá a Péricles e Milcíades, que a dividirão igualmente.
- (B) A herança será dividida em cinco quotas iguais, atribuídas a Péricles, Milcíades e aos três filhos de Temístocles.
- (C) A herança será dividida em três quotas iguais. Uma caberá a Péricles. Outra a Milcíades. A terceira será subdividida em três porções distintas, atribuídas a cada um dos filhos de Temístocles.
- (D) As partes de Péricles e Milcíades corresponderão, cada uma, a um quarto da herança.

60. Caio foi proprietário da Fazenda Nova Roma de 1970 a 1990. Júlio, por testamento de 1985, legou essa mesma fazenda, que não lhe pertencia, a César. Em 1990, o mencionado imóvel foi comprado, de Caio, por Júlio. Assinale a alternativa verdadeira, para o caso de morte de Júlio.

- (A) Basta a existência do testamento de 1985 para que o legado seja válido.
- (B) César receberá o legado, desde que Júlio tenha ratificado o testamento de 1985 após a aquisição, em 1990, da fazenda.
- (C) César não receberá a fazenda, pois é nulo o legado de coisa alheia.
- (D) A validade do legado dependerá da anuência de Caio, seja por ocasião da venda do bem a Júlio, seja posteriormente.

61. Responsabilidade aquiliana é

- (A) a oriunda do descumprimento do contrato.
- (B) a derivada de ato ilícito.
- (C) a que decorre de ato de terceiro.
- (D) a fundada no risco.

62. Em uma favela, todas as construções eram de madeira. Nero, ali residente, soltou um balão, que caiu sobre o barraco de Pedro, incendiando-o. Entre o de Pedro e o de Antônio, ficava o barraco de João, que foi alcançado pelo fogo. Antônio, para evitar que o incêndio atingisse sua própria morada, destruiu, a machadadas, o barraco de João. Neste caso, pode-se afirmar que

- (A) João poderá reclamar indenização de Antônio, com fundamento na prática de ato ilícito por este.
- (B) João não poderá reclamar indenização de Antônio, pois este agiu em estado de necessidade, nem de Pedro.
- (C) João poderá reclamar indenização de Antônio, apesar de não praticado ato ilícito por este, que ficará com ação regressiva contra Nero.
- (D) João poderá reclamar indenização de Pedro, com fundamento em direito de vizinhança, ou de Nero, por culpa, mas não de Antônio.

63. No que concerne à convenção de condomínio, é correto dizer que, desde que reúna as assinaturas de titulares de direitos

- (A) que representem a maioria das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Imóveis.
- (B) que representem, no mínimo, dois terços das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Imóveis.
- (C) que representem a maioria das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos.
- (D) que representem, no mínimo, dois terços das frações ideais que compõem o condomínio, considera-se aprovada a convenção, que deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos.

64. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Quem pagou dívida prescrita não pode reclamar devolução.
- (B) Ainda que não invocada pelas partes, o juiz pode reconhecer, de ofício, a prescrição de direitos patrimoniais.
- (C) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- (D) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros, se o objeto da obrigação for indivisível.

65. Frederico, mediante mandato, outorgou a Ricardo poderes para vender sua casa na Rua do Império. Dias depois, viajou para Jerusalém e, no percurso, afogou-se. Ricardo, ignorando o óbito, vendeu a casa a Felipe, que a comprou de boa-fé. Neste caso, o ato

- (A) é nulo.
- (B) é anulável.
- (C) só será válido se o mandato for por prazo indeterminado.
- (D) é válido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

66. A nulidade dos atos do processo deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, exceto se

- I. relativa a pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;
- II. relativa a ato do processo que puder ser repetido;
- III. relativa a qualquer das condições da ação;
- IV. relativa a erro de forma do processo.

Pode-se dizer que estão corretos somente os itens

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e III.

67. Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir desde que

- (A) seja repetida a citação, independente da fase em que se encontrar o processo.
- (B) sejam substituídas as partes.
- (C) o réu concorde com a alteração e não tenha ocorrido o saneamento do processo.
- (D) a audiência de instrução e julgamento, embora iniciada, ainda não se tenha encerrado.

68. Considere as seguintes afirmações:

- I. o documento feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular;
- II. o documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declararem que ocorreram em sua presença;
- III. as declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário;
- IV. o documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indivisível, sendo defeso à parte que pretende utilizar-se dele, aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não se verificaram.

Pode-se dizer que estão corretas as afirmações contidas em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

69. Considere as seguintes afirmações, relativas aos inventários e arrolamentos de bens:

- I. no arrolamento, não são conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciais e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade de bens do espólio;
- II. o juiz julgará por sentença a partilha depois de pago o imposto de transmissão a título de morte e apresentada a certidão negativa de dívida para com a Fazenda Pública;
- III. a partilha amigável somente pode ser homologada mediante prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas;
- IV. a existência de credores do espólio impede a homologação da partilha ou da adjudicação até o pagamento da dívida.

Pode-se dizer que estão corretas as afirmações

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

70. Considere as seguintes afirmações:

- I. o fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor;
- II. o espólio responde pelas dívidas do falecido e, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas com a totalidade de seu patrimônio, de forma solidária;
- III. o sócio, quando demandado pela dívida, tem direito de exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade;
- IV. os bens do devedor estão sujeitos à execução, ainda quando em poder de terceiros.

Pode-se dizer que está correto o contido em

- (A) I e III, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Em razão da supremacia dos interesses públicos, pode a Administração, de forma unilateral, constituir obrigações aos particulares e, em determinados casos, pode modificar unilateralmente as relações com estes já estabelecidas.
- II. A Administração, escudada na supremacia do interesse público sobre o privado, pode exercer as prerrogativas de sua posição privilegiada com a mesma autonomia e liberdade com que os particulares exercitam seus direitos.
- III. A Administração pode promover a revogação dos próprios atos através de manifestação unilateral de vontade e pode, quando viciados, deles decretar a nulidade.

Pode-se dizer que estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

72. Entre os princípios a que se submetem a Administração e as pessoas administrativas estão

- I. o da legalidade;
- II. o da igualdade entre a Administração e os particulares nas ações judiciais em que litigam;
- III. o do controle jurisdicional dos atos administrativos;
- IV. o da publicidade.

Pode-se dizer que estão corretos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

73. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos não ficam vinculados à sua motivação quando esta, apesar de feita, era dispensável.
- (B) A motivação é sempre obrigatória nos atos administrativos discricionários e é sempre facultativa nos atos vinculados.
- (C) O princípio da finalidade permite aos agentes da Administração a adoção de todos os meios de que dispuserem para a obtenção do resultado almejado.
- (D) Na prática de atos individuais, está o agente administrativo sujeito aos atos e normas genéricas que a Administração anteriormente houver produzido para regular os seus próprios comportamentos.

74. A responsabilidade do Estado

- I. abrange apenas os danos que seus agentes, agindo com culpa ou dolo, causarem a terceiros;
- II. aplica-se de forma indistinta a quaisquer das funções públicas, não sendo restrita a danos provenientes de atos administrativos;
- III. é objetiva para os atos comissivos do Estado e, em regra, subjetiva para os comportamentos omissivos;
- IV. é sempre objetiva.

Pode-se dizer que está correto apenas o contido em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

75. Considere as seguintes afirmativas:

- I. A prestação ao público dos serviços permitidos é feita mediante requisitos estabelecidos pela Administração e a atribuição da permissão aos particulares é feita mediante ato unilateral da Administração.
- II. A execução dos serviços autorizados pelo Poder Público é pessoal e intransferível e a remuneração destes serviços é feita por meio de tarifas fixadas pelo Poder Público.
- III. A concessão é forma de delegação de execução de serviço do Poder Público, mas a execução do serviço concedido é feita pelo particular em seu nome e por sua conta e risco.

Pode-se dizer que estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

76. Podem ser considerados agentes públicos:

- I. os agentes políticos;
- II. os servidores estatais, nestes incluídos os servidores públicos e os das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações de Direito Privado, instituídas pelo Poder Público;
- III. os delegados de função ou ofício público;
- IV. os particulares que, em situações anormais e para atender as necessidades públicas urgentes, assumirem a condição de gestores de negócios públicos.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

77. O reconhecimento da obrigação do servidor indenizar pelos danos que, agindo com culpa ou dolo, causou à Administração

- (A) depende sempre de prévia punição administrativa aplicada em procedimento próprio.
- (B) pode ser feito em ação de responsabilidade civil que, neste caso, é imprescritível.
- (C) depende de prévia condenação em ação penal nos casos em que o ilícito civil também configurar ilícito penal.
- (D) é afastado pela absolvição do servidor em ação penal relativa ao mesmo fato, ainda que decorrente da falta de provas ou ausência de dolo.

78. Em relação aos vícios dos atos administrativos pode-se dizer que

- (A) o vício do ato anulável pode ser declarado, em ação judicial, pelo juiz agindo de ofício ou mediante provocação do Ministério Público.
- (B) os atos nulos podem ser convalidados sempre que assim for necessário para a satisfação do interesse público.
- (C) qualquer que seja o vício existente, somente pode a nulidade ou anulabilidade ser declarada por decisão judicial.
- (D) a invalidação dos atos nulos e dos anuláveis produz efeitos retroativos, ressalvada a persistência de seus efeitos em relação a terceiros de boa-fé.

79. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os bens públicos dominicais somente estão sujeitos ao usucapião especial coletivo de área urbana superior a 250 m², ocupada com moradias de população de baixa renda.
- II. A alienação de bem público de uso especial depende de prévia desafetação.
- III. Os bens públicos não são passíveis de usucapião, mas podem as Pessoas de Direito Público usucapir bens particulares.
- IV. São considerados bens imóveis de domínio público todos aqueles utilizados pela Administração na execução dos serviços públicos.

Destas, pode-se dizer que somente estão corretas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.

80. O controle judicial da legalidade dos atos administrativos discricionários abrange a análise

- (A) da conveniência do ato.
- (B) da oportunidade do ato.
- (C) da eficiência do ato.
- (D) dos motivos determinantes do ato.

DIREITO TRIBUTÁRIO

81. Assinale a afirmação incorreta a respeito do Imposto de Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD).

- (A) A base de cálculo é 1/3 (um terço) do valor do bem, na instituição do usufruto, por ato não oneroso.
- (B) A doação com encargos não se sujeita ao imposto.
- (C) O imposto não incide sobre a renúncia pura e simples de herança ou legado.
- (D) Na hipótese de doação com reserva de usufruto, o imposto será recolhido sobre o valor da nua-propriedade, sendo facultado o recolhimento sobre valor integral da propriedade.

82. Indique a alternativa correta.

- (A) A imunidade tributária pode ser revogada por Lei Complementar.
- (B) É ampla e irrestrita a imunidade tributária dos templos de qualquer culto e dos partidos políticos.
- (C) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (D) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

83. A respeito da responsabilidade tributária, é incorreto dizer que

- (A) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, não respondem por obrigações tributárias da sociedade liquidada, pois as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.
- (B) o herdeiro, legatário e cônjuge-meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.
- (C) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- (D) nas hipóteses de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, a nova sociedade constituída, independentemente de sua razão social, é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta.

84. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, não podendo ter base de cálculo própria de impostos.
- III. A contribuição de melhoria é instituída para fazer frente ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada que terá o valor dividido, igualmente, entre todos os beneficiados.

Pode-se dizer que está correto somente o afirmado em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

85. Compete aos Municípios instituir impostos sobre

- I. propriedade predial e territorial urbana;
- II. transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
- III. serviços de qualquer natureza;
- IV. transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

Está correto apenas o indicado em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I.

LÍNGUA PORTUGUESA

- 86.** Assinale a frase correta.
- (A) Aluga-se casas.
 - (B) Notam-se sinais de recuperação na economia.
 - (C) No passado, não se recorriam aos processos como agora.
 - (D) Precisam-se de vendedores.
- 87.** Considerando as regras quanto ao emprego ou não da crase, a frase está incorreta em:
- (A) Jamais voltei à Paris dos meus sonhos.
 - (B) Quero agradecer àquele professor a dedicação que dispensou à classe.
 - (C) Os empregados entram no serviço a uma hora.
 - (D) Assim que cheguei a casa, recebi seu recado.
- 88.** Há erro de conjugação verbal na frase:
- (A) Eu me precavejo contra os riscos do mercado financeiro.
 - (B) A direção quer que você medeie o debate.
 - (C) Ele sempre proveu às necessidades da casa.
 - (D) Ele reouve tudo o que perdera.
- 89.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Entre mim e ti ficou tudo resolvido.
 - (B) Leva consigo o que lhe pertence!
 - (C) Por muitos anos ela permaneceu subjulgada aos caprichos do marido.
 - (D) Damião estivera em Salvador a cinco anos atrás.
- 90.** Indique a frase que contém a abreviatura correta.
- (A) Ele deveria partir às 18hs.
 - (B) O estábulo ficava a 20 mts. da casa sede.
 - (C) Requeiro a V.Excia. a reconsideração do despacho.
 - (D) Ele mora perto da P. da República.
- 91.** A figura de linguagem existente no provérbio “De mau corvo, mau ovo.” é
- (A) metáfora.
 - (B) antítese.
 - (C) eclipse.
 - (D) eufemismo.
- 92.** Indique a alternativa incorreta quanto à regência verbal.
- (A) Ele aspirava a algo melhor.
 - (B) Procedeuse ao interrogatório do preso.
 - (C) Sua conduta não implica nenhum desdouro.
 - (D) É preferível lutar do que morrer sem glória.
- 93.** Indique a alternativa incorreta quanto à colocação do pronome, de acordo com a norma culta.
- (A) Deus o chamou para si.
 - (B) Quem o obrigou a sair?
 - (C) Quanto sangue se derramou inutilmente!
 - (D) Aqui se aprende a defender a pátria.
- 94.** Indique a alternativa que representa a correta relação autor-obra.
- (A) Lima Barreto – O Noviço.
 - (B) Raul Pompéia – Triste Fim de Policarpo Quaresma.
 - (C) José Lins do Rego – Fogo Morto.
 - (D) José de Alencar – A Moreninha.
- 95.** A escola literária em que se situa a obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, é o
- (A) Romantismo.
 - (B) Realismo Psicológico.
 - (C) Condoreirismo.
 - (D) Modernismo.

CONHECIMENTOS GERAIS

- 96.** Recentemente, um grupo de militantes palestinos refugiou-se em um dos lugares sagrados do Cristianismo que foi, incontinenti, cercado pelo exército israelense. De que lugar se trata?
- (A) Igreja da Natividade.
 - (B) Igreja do Santo Sepulcro.
 - (C) Igreja dos Santos Passos.
 - (D) Igreja da Paixão.

- 97.** Assinale a alternativa verdadeira.
- (A) Dutra, Castelo Branco e Raposo Tavares foram presidentes do Brasil.
 - (B) Júlio Prestes foi um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro.
 - (C) Rui Barbosa foi candidato à Presidência da República.
 - (D) Osvaldo Cruz foi ministro durante o governo de Getúlio Vargas.
- 98.** Assinale a alternativa que menciona facção separatista basca, à qual têm sido atribuídos atos de terrorismo.
- (A) IRA.
 - (B) ETA.
 - (C) Sendero Luminoso.
 - (D) FARC.
- 99.** Assinale a alternativa verdadeira em relação ao arquipélago de Fernando de Noronha.
- (A) É um Território.
 - (B) É parte do Estado de Pernambuco.
 - (C) É uma área cedida à Universidade de Brasília.
 - (D) É uma zona de proteção internacional.
- 100.** Assinale a alternativa que define a chamada Primavera de Praga.
- (A) Um movimento ecológico de repercussão mundial.
 - (B) Um movimento contra a globalização.
 - (C) Um movimento contra o autoritarismo comunista.
 - (D) Um movimento, no princípio do século XX, pela concessão do direito de sufrágio às mulheres.